



Aprovada retribuição para magistrados docentes em atividades destinadas a servidores

O Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou o pagamento de retribuição financeira ao magistrado que realizar as atividades de docência destinadas a servidores. A decisão altera a Resolução nº 274, de 18 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a retribuição por atividade docente e a participação em banca examinadora de concurso no âmbito de toda a Justiça Federal. O dispositivo atual tratava apenas de curso ministrados a magistrados.

A mudança no art. 1º da Resolução nº 274/2013 foi proposta pelo Conselho das Escolas da Magistratura Federal (Cemaf). Ao analisar a matéria, a Secretaria de Gestão de Pessoas e a Assessoria Jurídica do CJF se posicionaram favoravelmente à extensão da retribuição aos magistrados que ministrem atividades de capacitação para servidores. Conclui-se ainda pela possibilidade de fixar efeitos retroativos para a medida. [\[Leia mais\]](#)

Semana Nacional de Conciliação será realizada de 23 a 27 de novembro

A Semana Nacional de Conciliação de 2015 já tem data marcada. Os tribunais brasileiros, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), promoverão, no período de 23 a 27 de novembro, a 10ª Edição da Semana Nacional de Conciliação. Criada pelo CNJ para disseminar a cultura da paz e do diálogo, a Semana Nacional é um esforço concentrado da Justiça para resolver o maior número possível de ações judiciais por meio da conciliação.

Com o mote “O caminho mais curto para resolver seus problemas”, a campanha começou oficialmente no dia 3 de setembro e se estende até o dia 27 de novembro. O objetivo é reforçar a ideia de que a conciliação é uma forma pacífica de solução de conflitos, rápida e eficaz.

Este ano, a Conciliação ganhou uma nova marca, que deverá ser utilizada em todas as ações que tratem do programa. A Secretaria de Comunicação Social (SCS) do CNJ vai enviar aos tribunais participantes folderes, cartazes, adesivos e o Plano de Comunicação. Dúvidas podem ser sanadas diretamente com a SCS pelo telefone (61) 2326-5469 ou pelo e-mail comunicacao@cnj.jus.br.



Com informações do CNJ

TRF da 1ª Região adere ao projeto Audiência de Custódia do CNJ

O presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), desembargador federal Cândido Ribeiro, participou nesta quarta-feira, dia 23, da solenidade de assinatura do termo de cooperação técnica que marcou a adesão da Justiça Federal ao Projeto Audiência de Custódia idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O evento, foi realizado na Seção Judiciária de Santa Catarina, em Florianópolis/SC e contou com a presença do presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, e dos presidentes dos Tribunais Regionais Federais (TRFs) que, no ensejo, assinaram o termo de cooperação.

O Projeto Audiência de Custódia foi lançado pelo CNJ em fevereiro de 2015 e consiste na garantia da rápida apresentação do preso a um juiz nos casos de prisão em flagrante. A ideia é que o acusado seja apresentado e entrevistado pelo juiz em uma audiência em que serão ouvidas também as manifestações do Ministério Público, da Defensoria Pública ou do advogado do preso.

Durante a audiência, o juiz analisará a prisão sob o aspecto da legalidade, da necessidade e da adequação da continuidade da prisão ou da eventual concessão de liberdade, com ou sem a imposição de outras medidas cautelares. O juiz poderá avaliar também eventuais ocorrências de tortura ou de maus-tratos, entre outras irregularidades.

A implementação das audiências de custódia está prevista em pactos e tratados internacionais assinados pelo Brasil, como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San Jose.

Com informações do CNJ

Abertas as inscrições para o curso virtual “Decifrando o Planejamento Estratégico”

Estão abertas, e vão até o dia 29 de setembro, as pré-inscrições para o curso virtual “Decifrando o Planejamento estratégico” promovido pela Universidade Corporativa da Justiça Federal da 1ª Região (Unicorp).

O curso é voltado para os diretores de Secretaria Administrativa, supervisores de Seção de Modernização Administrativa e demais integrantes dos Comitês Institucionais de Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região.

A capacitação terá início no dia 13 de outubro e as pré-inscrições poderão ser feitas na página da Unicorp no Portal do Tribunal. Mais informações pelo telefone: (61) 3140-3944.